

Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas

ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO*

Apresentação



Um dos principais problemas enfrentados pela sociologia, e em geral pelas ciências sociais no Brasil, refere-se à capacidade de enfrentar teórico-metodologicamente os desafios temáticos e históricos que a presente situação da sociedade brasileira coloca. Estarão as ciências sociais brasileiras e particularmente a sociologia em condições institucionais-profissionais e, principalmente, paradigmático-temáticas apropriadas para enfrentar os novos desafios teórico-metodológicos e prático-políticos que os processos sociais contemporâneos vêm colocando?

O presente texto está dividido em duas seções complementares, quais sejam:

1. A Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Ciência e a Sociologia da Sociologia; e
2. Sete Temas da Sociologia Contemporânea no Brasil.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PhD.

1 A sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Ciência e a Sociologia da Sociologia

A reflexão sobre a sociologia, suas origens, seus desenvolvimentos, promessas e fracassos tem sido uma constante entre os praticantes desta disciplina como, por exemplo, no *Curso de Filosofia Positiva* de Comte, na “Aula Inaugural do Curso de Sociologia” de Durkheim, e, contemporaneamente, em *A Imaginação Sociológica* de Wright Mills, assim como na obra de Jeffrey Alexander *Theoretical Logic in Sociology*. Na América Latina, obras como *Historia de la Sociología Latinoamericana* e *Nueva historia de la Sociología Latinoamericana*, de Alfredo Poviña, *As Ciências Sociais no Brasil*, de Costa Pinto e Edison Carneiro, *La Sociología Científica*, de Gino Germani, e *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, de Florestan Fernandes, são alguns exemplos já clássicos dessa preocupação com o sentido histórico-social da disciplina. A profunda crise político-intelectual desencadeada pelo ciclo autoritário na América Latina, a partir dos meados dos anos sessenta, e a renovação de esperanças sócio-político-culturais no bojo dos processos de redemocratização levaram ao surgimento de uma nova série de reflexões sobre o significado de fazer sociologia na América Latina, como exemplificado pelas obras *A Sociologia Brasileira*, de Florestan Fernandes, *A Sociologia da Sociologia Latino-americana*, de Octavio Ianni, *Imperialismo, Lucha de Clases y conocimiento: 25 años de Sociología en Argentina*, de Verón e, mais recentemente, entre outras, a obra coletiva dirigida por Sérgio Miceli, *História das Ciências Sociais no Brasil*, e o livro de Brunner e Barrios *Inquisición, Mercado y Filantropía. Ciencias Sociales y Autoritarismo en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*.

Ao mesmo tempo, uma ampla gama de artigos, depoimentos e relatórios tem sido produzida, tendendo, todavia, por vezes, a um tipo de produção intelectual que, utilizando-se de forma livre uma expressão de origem althusseriana, corresponde mais a uma “*sociologia da sociologia es-*

pontânea dos sociólogos". Entretanto, considera-se que a Sociologia da Sociologia corresponde a uma divisão interdisciplinar específica, classificável como uma sociologia especial, requerendo, portanto, ensino e treinamento em pesquisa específicos ainda que sem desconsiderar as fronteiras e possibilidades de cooperação frutífera com outras sociologias especiais, como a sociologia do conhecimento, a sociologia da ciência e a sociologia política, bem como com outras disciplinas como a história e a economia política. A instigante obra de Wolf Lepenies (1994) *Las tres culturas: la sociología entre la literatura y la ciencia*, demonstra como conexões da sociologia com áreas da cultura, que poderiam parecer longínquas, realmente não o são, na vida e na obra de autores com Comte, Durkheim e Weber.

A Sociologia do Conhecimento e a Sociologia da Ciência

Entre as chamadas sociologias especiais, o campo de investigação da sociologia do conhecimento ocupa um lugar de destaque, no que se refere aos seus efeitos sobre a sociologia da sociologia, bem como sobre outras sociologias especiais. A sociologia do conhecimento pode ser definida, em linhas gerais, como o ramo da sociologia que estuda a relação entre pensamento e sociedade. Ela está preocupada com as condições sociais ou existenciais do conhecimento. Estudiosos desse campo, longe de ficarem restritos à análise sociológica da esfera cognitiva, como o termo poderia implicar, têm se dedicado à análise praticamente de toda a gama de produtos intelectuais - filosofias e ideologias, doutrinas políticas e pensamento teológico. Em todas estas áreas, a sociologia do conhecimento tenta relacionar as idéias que constituem seu foco de estudo ao contexto sócio-histórico em que são produzidas e recebidas (Coser, 1968, p. 428).

Entre as várias contribuições à sociologia do conhecimento, cabe destaque à obra de Mannheim,¹ o qual buscou avaliar, no início do século, a

1 Mannheim, 1974a; estas questões encontram-se analisadas em Machado Neto (1979).

contribuição dos principais “pontos de vista” filosófico-sistemáticos para a elaboração da Sociologia do Conhecimento: a) o positivismo (Durkheim e Levi-Bruhl); b) o apriorismo formal (neokantismo); c) o apriorismo material (i. e., a escola fenomenológica moderna, por exemplo, Scheler); e d) o historicismo (Troeltsch e Luckács).² Da análise crítica dessas contribuições resultou uma formulação da tarefa da Sociologia do Conhecimento, apresentada por Mannheim como sendo:

especificar, para cada corte transversal do processo histórico, as várias posições intelectuais sistemáticas nas quais o pensamento dos grupos e indivíduos criativos foi baseado. Uma vez feito isto, contudo, essas diferentes tendências do pensamento não deveriam ser confrontadas como posições num debate meramente teórico, mas dever-se-ia explorar suas raízes vitais, não-teóricas. Para fazer isto, primeiramente temos que descobrir as premissas metafísicas subjacentes às várias posições sistemáticas; depois devemos perguntar quais dos “postulados sobre o mundo” coexistentes numa dada época são correlatos de um determinado estilo de pensamento. Quando estas correspondências ficarem estabelecidas, teremos identificado os estratos intelectuais que se combatem (Mannheim, 1974a, p. 78).

Mannheim acrescenta que:

a tarefa sociológica, contudo, começa apenas depois de feita esta análise “imanente” - ela consiste em descobrir os estratos sociais que compõem os estratos intelectuais em questão E apenas em termos do papel desses últimos estratos dentro do processo global, em termos de suas atitudes em relação à nova realidade emergente, que podemos definir as aspirações fundamentais e os postulados sobre o mundo existentes

² Mannheim, 1974a.

Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 216-245

num determinado momento, que podem absorver idéias e métodos já existentes e os sujeitar a uma mudança de função - para não falar nas formas recém-criadas (Mannheim, 1974a, p. 79).

Colocada em outra terminologia, essa tarefa foi formulada como consistindo em três passos metodológicos complementares, conforme segue: *Primeiro passo* - As expressões documentadas de pensamentos, sentimento ou gosto são examinadas para que se revele seu sentido inerente ou pretendido, enquanto as indagações sobre sua validade ou veracidade intrínsecas ficam adiadas até o terceiro passo;

Segundo passo - Toda a gama de relações sociais nas quais essas expressões são concebidas e realizadas é delineada e estabelecida. Especial atenção deve ser dada às escolhas e à ordem de preferências implicitamente manifestadas pelas ações dos participantes de uma dada situação;

Terceiro passo - A análise de conteúdo das manifestações é retomada no contexto restaurado da interação original, reconstruindo-se por completo seu significado situacional (Mannheim, 1974b, p. 36).³

Finalmente, é interessante apontar que Mannheim indicou os obstáculos, no campo cultural alemão do início do século, para a aceitação de uma sociologia do conhecimento ou do espírito:

1. a alienação típica dos professores, criando, entre o intelectual e a vida real, uma atmosfera fictícia de idéias e valores, põe o pensamento como que numa distância extraordinária em relação à vida real;
2. o trabalho peculiar aos humanistas cria-lhes a ilusão de uma corrente imanente das idéias que, só por outras idéias do mesmo ou de outros sujeitos, poderiam, cabalmente, explicar-se;
3. a origem religiosa e, pois, sacral da idéia de *Geist* (espírito); e

³ É interessante ressaltar que esta proposta metodológica antecipa a apropriação e revalorização contemporânea do método hermenêutico pela nova história da sociologia. Kuklich, 1983; Giddens, 1982.

4. a noção de liberdade espiritual, avessa ao determinismo, nesse terreno (Mannheim, 1974b, p. 12-16).

A análise das relações entre ciência e sociedade tem sido desenvolvida no âmbito da sociologia, por uma disciplina especial - a sociologia da ciência, a qual assume certas pressuposições da sociologia do conhecimento como referenciais de fundo, donde a necessidade de estar atento às suas inter-relações.

Merton (1961) aponta que a sociologia da ciência é a mais elaborada tentativa de desenvolver proposições e uma teoria sobre a interdependência entre o conhecimento particular que “emerge da e retorna à observação controlada” e o contexto social circundante, sugerindo que o desenvolvimento de um campo de investigação intelectual pode ser examinado sob três aspectos:

1. a filiação histórica das idéias analisadas em suas interpelações;
2. os efeitos da estrutura social dentro da qual o campo intelectual vem se desenvolvendo; e
3. os processos de interação social entre os membros de uma comunidade intelectual.

Ben-David (1975) sugere, de uma forma mais específica, que o primeiro aspecto corresponde à tarefa típica da História Intelectual, enquanto o segundo tema seria típico da Sociologia do Conhecimento e o terceiro, da abordagem interacionista desenvolvida dentro da Sociologia da Ciência. Já Crawford (1971), analisando as similaridades e diferenças entre a sociologia do conhecimento e a história intelectual, propôs a caracterização das tarefas dessas disciplinas nos seguintes termos:

comum à sociologia do conhecimento e à história intelectual é a preocupação com as influências recíprocas entre conhecimento ou pensamento e o contexto social, assim como uma definição ampla de seus objetos de pesquisa, os quais são definidos como conhecimento, pensamento, idéias ou crenças. Enquanto o

Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 216-245

sociólogo do conhecimento busca desenvolver proposições e generalizações sobre a relação entre a produção de idéias e o contexto sócio-cultural sem preocupações com a delimitação temporal, o estudioso da história intelectual está preocupado com a descrição e a análise do conhecimento ou crenças de um período histórico particular (Crawford, 1971, p. 15).

A Sociologia da Ciência e a Sociologia da Sociologia

Realizando um balanço sobre os estudos da sociologia das ciências sociais, Crawford (1971) explicita as mudanças tanto internas à comunidade científica como nas relações com outras instituições e com o ambiente social, que estimularam o rápido desenvolvimento da produção intelectual desta disciplina especializada. Essas mudanças foram:

1. mudanças relacionadas à “profissionalização”, isto é, à criação de papéis ocupacionais, estruturas organizacionais e imagem coletiva específicas à produção e uso do conhecimento das ciências sociais;
2. a influência dos cientistas sociais e do conhecimento das ciências sociais sobre o pensamento social, assim como sobre problemas específicos de políticas e práticas em diferentes áreas da vida social; e
3. a noção de crise que afetou as ciências sociais em geral e a sociologia em particular (Crawford, 1971, p. 9-10).

A literatura da sociologia das ciências sociais é passível de classificação, segundo Crawford, em seis grupos temáticos;

1. concepções alternativas sobre as ciências sociais enquanto fenômeno social;
2. características sociais e profissionais dos cientistas sociais;
3. padrões de estratificação da comunidade científica;
4. padrões normativos da comunidade científica;
5. padrões de comunicação dentro da comunidade científica; e,
6. a relação entre as ciências sociais e políticas e as práticas sociais (Crawford, 1971, p. 13).

Considera-se que esses seis tipos de abordagem enfocam temas complementares e que os trabalhos desenvolvidos no âmbito da sociologia da sociologia, mesmo quando elegem um ou mais desses temas como objeto principal, devem buscar sempre reter suas possíveis conexões com os demais temas, abrindo pistas para um tratamento analítico integrado dos mesmos.⁴

2 Sete temas da Sociologia Contemporânea no Brasil

A) Um primeiro tema relevante refere-se às etapas de institucionalização da sociologia enquanto uma disciplina acadêmico-científica. Analisando a evolução da Escola Durkheimiana na França, Clark (1972) propôs uma interessante divisão da evolução da sociologia francesa. No seu entender, essa evolução pode ser dividida em cinco grandes etapas ou momentos: (1) a etapa de pensadores sociais individuais; (2) o surgimento de pequenas associações científicas não-acadêmicas (do tipo dos Institutos Histórico-Geográficos no Brasil); (3) o surgimento de cátedras acadêmicas especializadas; (4) o surgimento de departamentos, os quais tendem a estar articulados a cursos de graduação de suas respectivas disciplinas; e finalmente (5), a criação de cursos de pós-graduação e a organização de comunidades científicas especializadas, caracterizando a etapa da “*big science*”.⁵

Se esse modelo reflete a experiência européia e norte-americana, este já não é o caso da evolução da sociologia na América Latina, conforme será visto em detalhe posteriormente, pois o ensino de graduação antece-

4 Em estudos sobre a Escola de Sociologia da USP, sobre a sociologia brasileira e, particularmente, em pesquisa comparativa sobre a sociologia brasileira e a sociologia argentina, procurou-se aplicar este pressuposto metodológico (Liedke Filho, 1977, 1990, 1991 e 1992).

5 Considerando, por exemplo, o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRGS, verifica-se que este modelo apreende, em largos traços, sua evolução, dentro do contexto sócio-cultural. Ressalte-se a importância das cátedras quando da criação da Faculdade na década de 40, a posterior criação do curso de graduação em ciências sociais na década de 50, do departamento de ciências sociais no final da década de 60 e, finalmente, a criação do programa de pós-graduação em antropologia, ciência política e sociologia nos anos 70 (Liedke Filho e Baeta Neves, 1997).

deu a implantação da pós-graduação, consistindo esta, por exemplo, no caso brasileiro, em um nível de ensino que se generalizou somente após a Reforma Universitária de 1969.

B) Um segundo tema diz respeito à tipologia de evolução institucional e dos padrões de conflito acerca de estilos do trabalho sociológico, proposta por Merton em sua intervenção no Congresso Mundial de Sociologia realizado em Louvain em 1959, quando afirmou que uma disciplina se constitui acadêmica e cientificamente através de três grandes momentos.

Um primeiro momento da evolução de uma disciplina caracteriza-se pelo esforço para a sua diferenciação em relação a uma disciplina-mãe como, por exemplo, no caso da sociologia, sua diferenciação da filosofia social. A seqüência Comte-Durkheim ilustraria este esforço de diferenciação e de estabelecimento de um novo campo disciplinar, estando a obra de Comte ainda impregnada por resquícios de filosofia social, enquanto a obra de Durkheim já representaria o cientificismo sociológico.

Um segundo momento caracteriza-se pela busca de autonomia, consolidação e legitimação acadêmica. Neste período, uma das táticas principais utilizadas é a de ocupar espaços acadêmicos, através de “qualquer meio”. Incluem-se, entre estes, controvérsias ferrenhas com as disciplinas próximas como, por exemplo, entre sociologia e antropologia ou sociologia e ciência política e, mais remotamente, sociologia e história.

Associados aos esforços de cada disciplina para se apresentar como a ciência social - verdadeira e única - ocorrem, por vezes, divisões institucionais, com a criação de departamentos, cursos de graduação ou pós-graduação específicos. Este é um dos casos mais tensos e dramáticos de enfrentamentos interdisciplinares, com o uso de múltiplos expedientes para alcançar a legitimação e consolidação institucional “a todo e qualquer custo”.

Finalmente, uma vez consolidada a legitimidade acadêmica, uma disciplina pode, numa terceira etapa, abrir-se para o trabalho interdisciplinar

com as disciplinas limítrofes. Ressalte-se que esta tipologia busca apreender tanto conflitos intra como interdisciplinares.⁶

C) Um terceiro tema de interesse diz respeito às periodizações da evolução da Sociologia na América Latina. A análise do surgimento e da evolução da sociologia como disciplina acadêmico-científica especializada na América Latina tem sido apresentada sob múltiplos modelos, dependendo do paradigma analítico, das dimensões e dos temas enfatizados pelos diversos autores.

Ao analisar os modelos alternativos de evolução da sociologia latino-americana, verificou-se que não existe uma cumulatividade em relação às propostas anteriores, pelo menos em boa parte dos autores, seja por motivos de divergência ideológico-paradigmática, seja por outros processos de autoconsagração como precursores desses estudos, pelo “desconhecimento” dos predecessores, independentemente da necessidade de crítica aos mesmos.

Entre as múltiplas periodizações sugeridas acerca da evolução da sociologia na América Latina considera-se relevante a proposta por Germani (1959), a qual se tornou referência para críticos como Graciarena (1964) e Verón (1974).⁷

Segundo Germani (1959), a sociologia na América Latina percorreu três momentos essenciais:

- a) Etapa do Pensamento Pré-Sociológico, das Guerras de Independência até fins do Século XIX;
- b) Etapa das Cátedras (1890/1900-1950); e
- c) Etapa da Sociologia “Científica” (com início em 1950, aproximadamente).

Procurando avançar em relação a esta periodização clássica, sugere-se que a emergência e evolução da Sociologia como disciplina acadêmico-

6 Este modelo ideal típico também pode ser aplicado em estudos de caso, como o foi no da criação e evolução da sociologia na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Liedke Filho e Baeta Neves, 1997.

7 Periodizações alternativas da história da sociologia da América Latina e no Brasil são analisadas em Liedke Filho, 1990, 1991 e 1992.

científica no Brasil e na América Latina pode ser dividida nas seguintes etapas e períodos:

1. *A Herança Histórico-Cultural da Sociologia*

Período dos Pensadores Sociais

Período da Sociologia de Cátedra

2. *Etapa Contemporânea da Sociologia*

Período da Sociologia Científica

Período de Crise e Diversificação.

Uma primeira etapa corresponde à Herança Histórico-cultural da Sociologia, sendo que o *Período dos Pensadores Sociais*⁸ corresponde historicamente ao período que se estende das lutas pela Independência das nações latino-americanas até o início do século XX. Durante esse período, a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores sob a influência de idéias filosófico-sociais européias ou norte-americanas como, por exemplo, o iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer.

O *Período da Sociologia de Cátedra* iniciou-se em países latino-americanos, de um modo geral, em fins do século passado, quando cátedras de sociologia foram introduzidas em Faculdades de Filosofia, Direito e Economia. No Brasil, este período só se iniciou em meados da década dos vinte do século XX, quando cátedras de sociologia foram criadas em Escolas Normais. Esta etapa viu a proliferação da publicação de manuais para o ensino de sociologia, os quais procuravam divulgar as idéias de cientistas sociais europeus e norte-americanos renomados, bem como idéias sociológicas acerca de problemas sociais como urbanização, migrações, analfabetismo e pobreza.

O início da Etapa Contemporânea da Sociologia corresponde à emergência do *Período da Sociologia "Científica"*, a qual buscou, sob a égide do

8 Uma análise acerca da questão do Arielismo (humanismo anti-tecnicista) dos pensadores sociais latino-americanos é desenvolvida por Solari et al. (1976).

paradigma estrutural-funcionalista, a consecução de um padrão de institucionalização e prática do ensino e da pesquisa em sociologia, de modo similar ao dos centros sociológicos dos países centrais. A concepção de desenvolvimento desta abordagem teve sua expressão na Teoria da Modernização e em sua análise do processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

No bojo da crise social e política latino-americana do final dos anos cinqüenta e início da década de sessenta verificou-se o início do *Período de Crise e Diversificação da Sociologia latino-americana*, caracterizado pela crise institucional e profissional da sociologia sob a repressão político-cultural dos regimes autoritários e, simultaneamente, por uma profunda crise paradigmática, isto é, pela crise da hegemonia da Sociologia “Científica”, com a emergência de alternativas teóricas como a Sociologia Nacional, a Teoria da Dependência e a Teoria do “Novo Autoritarismo”.⁹

D) Um quarto tema diz respeito à situação vivenciada pela Sociologia e pelas Ciências Sociais nas Sociedades da América Latina sob o Recente Ciclo Autoritário. Uma hipótese que tem obtido ampla aceitação na América Latina sugere que situações democráticas estão necessariamente vinculadas a situações favoráveis ao desenvolvimento acadêmico e científico-tecnológico, enquanto situações autoritárias implicam condições negativas a esse desenvolvimento.¹⁰

Durante os anos 50 e 60, manteve-se na América Latina a vigência de uma concepção, compartilhada tanto por setores liberais como de esquerda, de que as sociedades latino-americanas se encaminhavam para um desenvolvimento econômico-social autônomo, caracterizado por industrialização e urbanização aceleradas e pela democratização sócio-política. A modernização e a democratização das oportunidades educacionais, junto

⁹ As obras Stavenhagen, 1969; Cardoso e Faletto, 1973; Cardoso, 1976 e 1980, entre outras, são referências bibliográficas relevantes para o estudo desses temas.

¹⁰ Como exemplo, cita-se Fernandes, 1976; Graciarena e Franco, 1978.

com o desenvolvimento científico-tecnológico, ocupavam lugares estratégicos nessa perspectiva, sendo, por exemplo, postuladas como reformas de base dentro do desenvolvimentismo brasileiro.¹¹

Com a emergência do ciclo autoritário dos anos 60/70, colocando um fim às experiências democrático-desenvolvimentistas, a questão educacional e científico-tecnológica adquiriu novos contornos. De um lado, as políticas educacionais e científicas repressivas e recessivas dos governos autoritários, com a quebra da autonomia universitária e as cassações, prisões e diáspora intelectual-acadêmica (ressalte-se o exemplo argentino), pareciam dar razão às mais pessimistas previsões. Todavia, a evolução educacional e científico-tecnológica positiva, no decorrer dos governos autoritários brasileiros, particularmente durante a chamada transição democrática (1974/75-1986), contrasta com estas previsões e com as dramáticas experiências dos casos argentino, uruguaio e chileno.¹²

Essas variações indicam que, historicamente, são possíveis quatro tipos de situação:

Situação de Tipo 1 - democracia política associada à situação favorável à expansão de oportunidades educacionais, à democratização da educação e ao desenvolvimento científico-tecnológico (Brasil, 1950-1964; Brasil, 1990-...; Argentina, 1955-1966, 1973-1974 e 1983-1989);

Situação de Tipo 2 - democracia política associada à situação desfavorável à expansão de oportunidades educacionais, à democratização da educação e ao desenvolvimento científico-tecnológico (Argentina, 1974-1976 e 1989-...);

Situação de Tipo 3 - autoritarismo político associado a situação desfavorável à expansão de oportunidades educacionais, à democratização da educação

11 Pécaut (1990) analisa em detalhe esta questão quanto ao caso brasileiro; e Verón (1975) e Sigal (1986) o fazem quanto ao caso argentino.

12 Brunner e Barrios, 1987; Liedke Filho, 1990 e 1991.

e ao desenvolvimento científico-tecnológico (Argentina, 1966-1969 e 1976-1983); e

Situação de Tipo 4 - autoritarismo político associado à situação relativamente favorável à expansão de oportunidades educacionais e à democratização (ainda que parcial e seletiva) da educação e ao desenvolvimento científico-tecnológico (Brasil 1964-1968, 1968-1974; e 1974-1985).

Para a compreensão dessas possibilidades, torna-se necessário apreender não só as inter-relações entre o modelo político, o contexto cultural e os campos educacional e científico-tecnológico. Mas também com o modelo econômico-social vigente. Faz-se necessário também manter uma clara distinção entre dois modelos de autoritarismo, com significativas diferenças quanto as suas implicações sócio-culturais, por levarem à constituição de cenários diferenciados de redemocratização e particularmente quanto às questões educacionais e científico-tecnológicas.

Dois tipos de autoritarismo se fazem presentes no ciclo autoritário latino-americano mais recente. O autoritarismo brasileiro postulou um tipo de desenvolvimento capitalista que, embora excludente em relação às grandes massas e com custo social bastante alto, implicou um mínimo de desenvolvimento acadêmico e da área de pesquisa tecnológica. Esta orientação ficou consubstanciada nos vários planos de desenvolvimento formulados nos anos 60 e 70. Sob o modelo proposto de industrialização, havia a necessidade de um mínimo de pesquisa científico-tecnológica e de formação de quadros técnico-científicos. Tal não ocorreu na Argentina e no Uruguai. A Argentina, no primeiro ciclo autoritário de 1966 a 1970 tentou, infrutiferamente, um modelo semelhante ao “milagre brasileiro”. No segundo período autoritário argentino de 1976 a 1983, assim como no período autoritário uruguaio (1973-1985), optou-se por um “autoritarismo regressivo”, com a destruição dos patamares de desenvolvimento econômico, bem como dos patamares educacionais e universitários pré-existentes.

Essas diferenças permitem identificar dois modelos autoritários recentes na América Latina: autoritarismo desenvolvimentista e autoritarismo anti-desenvolvimentista. Esta distinção é ilustrada pelo contraste entre o modelo socioeconômico do "*milagre econômico*", postulado pelo regime autoritário brasileiro, e o modelo socioeconômico do regime autoritário argentino do *Proceso* (1976-1983), com sua política de desindustrialização.

Outrossim, é fundamental analisar as tendências dominantes no campo cultural, distinguindo casos históricos de clima cultural progressivo e clima cultural regressivo. Uma situação cultural regressiva se caracteriza pela diminuição quantitativa e qualitativa da produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais, enquanto uma situação cultural progressiva se caracteriza não só pelo incremento quantitativo e qualitativo de bens e serviços culturais disponíveis, mas também pela democratização crescente destes. Dado que o campo cultural é o *locus* de elaboração, disputa e confrontação ideológica, é compreensível o interesse, a presença e a intervenção permanentes de atores sociais coletivos da sociedade civil (igrejas, partidos, sindicatos, associações e movimentos sócio-culturais) e da sociedade política (governo e burocracia) na arena cultural, propondo e implementando políticas culturais progressivas ou regressivas.

Se algumas políticas autoritárias podem ser caracterizadas como casos de genocídio cultural (Sorj e Mitre, 1985), considera-se que o conceito de regressão cultural reflete melhor os resultados de políticas culturais autoritárias, as quais, baseadas na repressão e censura cultural, tendem a produzir resultados negativos dramáticos através de um processo duplo: (a) uma diminuição quantitativa e qualitativa da produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais (incluindo tanto o acesso à educação elementar e superior e aos bens de cultura de massa, como o desenvolvimento de atividades e produtos científico-tecnológicos); e (b) a impossibilidade orgânica de regimes autoritários, tanto de restaurar a cultura e os valores tradicionais, como de criar uma nova cultura, para além do artificialismo do discurso salvacionista.

A importância dessa distinção para a análise da questão da educação nas sociedades que passaram pelo ciclo autoritário é ilustrada por Brunner e Barrios (1987):

las experiencias militares autoritarias produjeron un intenso proceso de reestructuración cultural, caracterizado en cada país por la naturaleza específica del régimen político, por la combinación ideológica predominante, además, por el "estilo de desarrollo" adoptado, factores que se conjugan para operar sobre la organización cultural previamente existente, con sus peculiares, tradiciones, instituciones, movimientos y actores (Brunner e Barrios, 1987, p. 40).

Enfocando a problemática da universidade nesse contexto, Brunner e Barrios (1987) argumentam que:

en particular, los autoritarismos militares - con diferencias extremas entre los casos de Argentina, Chile y Uruguay por un lado, y el caso de Brasil por otro - afectarían a la institucionalidad universitaria, considerada en todas partes una pieza estratégica para la formación de las elites, para la reproducción de la cultura superior de la nación, para la movilidad social de las capas medias, para la distribución del personal profesional y semiprofesional entre los diversos segmentos del mercado ocupacional y para la socialización política de la juventud.

En el caso de los países del Cono Sur, el objetivo fundamental de estos regímenes militares autoritarios fue obtener el control político de las universidades, reduciendo o suprimiendo su autonomía, depurando sus claustros y frenando su expansión. En el caso de Brasil, por lo contrario, el régimen militar intervino puntualmente en algunas universidades (incluso removiendo académicos e introduciendo medidas de

Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 216-245

control) pero, en definitiva, alentó su expansión, la dotó de mayores recursos, promovió su modernización y le reconoció un ámbito de autonomía (Brunner e Barrios, 1987, p. 42).

Embora se possa apontar uma afinidade eletiva entre regime democrático e clima cultural progressivo, assim como entre regime autoritário e clima cultural regressivo, cabe ressaltar que as outras duas combinações - regime democrático com clima cultural regressivo e regime autoritário com clima cultural progressivo - caracterizaram, e caracterizam, a vida sócio-cultural de países latino-americanos no período contemporâneo. A crise cultural durante o regime formalmente democrático argentino no período de 1974 a 1976 e o relativo progressivismo cultural durante a longa abertura política brasileira exemplificam essas possibilidades.

A gravidade da crise educacional, particularmente da educação superior e das condições de desenvolvimento de atividades de pesquisa técnico-científicas no contexto dos atuais governos neoliberais no Brasil e nos demais países do Cone Sul, configura casos dramáticos de possível regressão cultural em contextos formalmente democrático-constitucionais.

O descaso com a universidade pública no Brasil ao longo da década de noventa, as sistemáticas tentativas de mudanças da legislação trabalhista e de aposentadoria em geral e particularmente dos docentes e pesquisadores, acarretando aposentadorias precoces, o desmantelamento de grupos de pesquisa e a migração de pessoal com alta qualificação para as universidades privadas, migração esta considerada, por alguns, como um tipo de "democratização" dos recursos humanos concentrados nas universidades federais, são alguns dos traços da atual crise vivenciada pela sociologia e pelas ciências em geral no Brasil.

Simultaneamente à diminuição sistemática de recursos disponíveis para a pesquisa, a alteração do sistema de concessão de bolsas de pós-graduação, por parte do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, assim como a adoção de medidas arbitrárias, como a redução de 12% das verbas para

bolsas de pesquisa e pós-graduação, incluída no Pacote de Medidas para fazer frente às recentes crises das Bolsas de Valores, revelam o descaso com a manutenção e necessária renovação e expansão do patamar de ensino e pesquisa científico-tecnológico alcançado ao longo dos últimos trinta anos.

O possível privilegiamento de algumas áreas para compor um novo perfil de desenvolvimento científico-tecnológico, sem uma ampla discussão com a comunidade científica e suas entidades representativas, entre as quais se destaca a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, revela uma outra faceta do caráter regressivo e simultaneamente seletivo da quase ausente política científico-tecnológica no Brasil atual.

E) Um quinto tema diz respeito ao *conceito de Comunidade Acadêmico-Científica* e refere-se à importância que adquire o modelo de interação vigente no estabelecimento do clima interno às comunidades científicas e nas suas possibilidades de interação com outras comunidades científicas.

Guerrero (1980) sugere que o conceito de comunidade científica e sua aplicação aos estudos da história das ciências provém de formulações alheias à sociologia, particularmente das contribuições de Polayni e Kuhn, a despeito da reflexão sociológica clássica sobre o tema comunidade (Tönnies, Weber, Durkheim e Ecologia Humana de Chicago).

A contribuição de Polayni - sua defesa radical a liberdade, ou melhor, da autonomia da ciência - se configurou como resposta liberal à posição dos cientistas humanistas ingleses. Este grupo de cientistas atuante na Inglaterra na década de 30,

inspirado no marxismo e no modo pelo qual a ciência estava planejada na URSS como um elemento da economia, preocupou-se particularmente com o problema das relações complexas entre ciência e a sociedade, a primeira explicando-se como resposta as necessidades da segunda (Menezes, 1975, p. XII).

A formulação de Polayni, imersa em sua concepção ideológica de liberdade da ciência, especialmente frente a interferências políticas e religiosas, concebe a comunidade científica como um agrupamento composto por cientistas provenientes de diferentes disciplinas, ao qual cabe uma função de direção da atividade de pesquisa. No seu entender,

Os cientistas hoje em dia, não podem praticar sua atividade em isolamento [...]. Os diferentes grupos de cientistas, juntos, formam uma comunidade científica. A opinião desta comunidade exerce uma profunda influência no curso da investigação individual. O reconhecimento das demandas de descoberta está sob a jurisdição da opinião científica, expressa pelos cientistas como um todo (Polayni, 1951, in Guerrero, 1980, p. 1222).

Guerrero (1980) sugere que a contribuição de Kuhn reside no fato de colocar o problema da organização social dos cientistas em comunidades a partir dos imperativos dados pela própria atividade de investigação. Esta organização apresenta a possibilidade de mudança em função da aparição de um novo paradigma.

Na proposta de Kuhn, papel de destaque cabe aos conceitos de paradigma, ciência normal e crise paradigmática, sendo importante indicar a relativização de sua posição face às ciências sociais que, inicialmente, em *A Estrutura das Revoluções Científicas* foram concebidas como pré-paradigmáticas ou, em outros termos, como pré-científicas, e que passaram, posteriormente, em *A Tensão Essencial*, a ser consideradas como, talvez, essencialmente pluri-paradigmáticas.

Neste contexto, considera-se apropriado apresentar e discutir as possibilidades e limites da abordagem de Galtung (1965) que, discutindo a questão das divisões dentro de comunidades científicas, e analisando a sociologia latino-americana em meados dos anos 60, propôs um modelo bipolar dos modos extremos de interação entre grupos dentro de dada

comunidade científica: o modelo de contato e o modelo conflitivo, o qual, segundo o autor, predominava na sociologia latino-americana de então, dado o acirrado enfrentamento entre a sociologia tradicional e a sociologia moderna. As regras de interação entre grupos científicos em cada um dos modelos podem ser visualizadas no Quadro 1.

O primeiro modelo caracteriza-se como típico de um campo uni-paradigmático em linguagem kuhniana, já que a cooperação dentro de um paradigma único tende a ser mais fácil do que a cooperação entre paradigmas diferentes. O modelo conflitivo seria, na concepção de Galtung, um sinal de imaturidade acadêmico-científico (ou em linguagem kuhniana, sinal do estado pré-paradigmático de um campo disciplinar). Além destes modelos, Galtung sugere a possibilidade de ocorrência de um terceiro modelo, no qual verifica-se a intervenção visando prejudicar o outro grupo, ou nos casos limites, a sua próxima destruição.

Nesta direção, ampliando o modelo de Galtung, sugere-se ser necessário considerar o modelo conflitivo como incluindo situações desde o conflito ferrenho por recursos e espaços acadêmicos até o conflito inter ou intra-paradigmático. Em um caso-limite, estes conflitos podem levar ao surgimento de um outro modelo - um modelo genocida - caracterizado pela busca da destruição pura e simples do outro dentro de espaços acadêmico-científicos. Como exemplo desta alternativa extrema, tem-se os processos de cassações que ocorreram durante os regimes autoritários na América Latina, como no caso brasileiro, uruguaio, argentino e chileno. Esses processos tenderam a contar sistematicamente com o apoio de setores das próprias comunidades atingidas ou de comunidades intelectuais próximas, revestindo-se interesses particularistas de uma roupagem paradigmática.¹³

¹³ Lamentavelmente, as análises desenvolvidas sobre os processos repressivos e as cassações ocorridas no âmbito das ciências sociais e da vida universitária em geral têm revelado não só a convivência por silêncio, mas a participação ativa de membros dessas comunidades no processo de repressão. Verón, 1975; Brunner, 1986; e Pécaut, 1990 e Liedke Filho, 1990.

Multiplicam-se na história latino-americana recente, os exemplos tristes e lamentáveis desse caso extremo de comportamento inter ou intra-disciplinar. A coerção e repressão realizou-se, por vezes, por ação de uma corrente contra outra dentro de um campo disciplinar, ou de uma disciplina contra outra, revelando uma vocação e um caráter inquisitorial, que alguns analistas creditam à herança do passado ibérico-católico.

Além desses três modelos de interação propostos - conflitivo, cooperativo e genocida - considera-se necessário referir duas outras alternativas de interação acadêmico-científica: o modelo segmental e o modelo cooperativo-competitivo.

O modelo segmental representa a existência de circuitos particulares de produção, distribuição e consumo de produtos acadêmico-científicos por correntes ou disciplinas, sem um mínimo de interesse de conhecimento ou diálogo com outros circuitos. Este modelo representa um caso muito grave e lamentável. No caso da sociologia latino-americana, por exemplo, durante os anos 60 e 70, sociólogos nacionalistas “não liam” o que sociólogos funcionalistas-modernizantes escreviam, enquanto sociólogos marxistas “não liam” o que nacionalistas e modernizantes escreviam.

O modelo cooperativo-competitivo dentro de um campo disciplinar ou entre campos disciplinares coloca a questão da convivência e diálogo democrático dentro de comunidades acadêmico-científicas, entre paradigmas diferentes, em que diferenças ideológico-teóricas e político-práticas são positivamente potencializadas no desempenho individual e coletivo das tarefas de cientista e de cidadão.

No âmbito desta tipologia torna-se importante indicar a necessidade de distinguir entre interdisciplinaridade, em termos acadêmico-científicos e o problema de coexistência de disciplinas diferenciadas dentro do mesmo campo acadêmico-institucional e administrativo. Por vezes, quando associado à questão da luta por recursos escassos, este problema leva à utilização de verbalizações acadêmico-científicas acerca da cientificidade, objetividade e relevância dos padrões de trabalho a qual, no limite, mascara ou justifica interesses disciplinares particulares.

Considera-se que a coexistência de correntes teórico-metodológicas ou, no limite, de epistemologias múltiplas no interior de uma mesma disciplina, assim como em disciplinas que poderiam vir a entrar em um processo de cooperação inter-disciplinar, talvez seja o maior desafio ao diálogo produtivo intra e inter-disciplinar, sendo a hipótese da incomunicabilidade entre paradigmas diferentes a postulação mais extremada.

Quadro 1. Modelos de Interação em Comunidades Acadêmico-Científicas segundo Galtung

| | MODELO CONFLITIVO | MODELO DE CONTATO |
|---|--|--|
| RELAÇÃO COM A IMAGEM GERAL DO OUTRO GRUPO | Não há fins comuns; os fins são mutuamente exclusivos. Ajudar ao outro é prejudicar-se a si mesmo. Modelo de jogo "soma zero". | Há uma quantidade de fins comum, e os fins que parecem mutuamente excludentes podem se redefinir. Ajudar ao outro é também ajudar-se a si mesmo. Modelo de jogo "não soma zero". |
| IMPLICAÇÃO METODOLÓGICA | O outro grupo é inútil para nós próprios; as diferenças são tão grandes que o diálogo não é necessário nem útil. | O outro grupo é útil para nós; precisamente porque as grandes diferenças podem assinalar defeitos de nosso próprio pensamento. |
| IMPLICAÇÃO PARA OS CONTATOS | Deve-se evitar o contato; o outro grupo não o merece; este representa algo tão intrinsecamente mau, que não cabe ajudá-lo. Deve-se desconfiar, ocultar as descobertas próprias, pois o outro bando poderia roubá-las. | Deve-se buscar o contato; apesar das diferenças, pode-se promover os fins comuns, que servirão para o melhoramento mútuo, servindo assim a um valor mais alto. |

Fonte: Galtung, 1965.

F) Um sexto tema refere-se à presença da Sociologia no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq.

Hoje, a Comunidade Científica de Sociologia no Brasil compreende, cerca de 80 cursos de Ciências Sociais, com aproximadamente 15.000 alunos; 21 Cursos de Mestrado e 13 Doutorados em Sociologia; calculando-se a existência de cerca de 40.000 formados em ciências sociais.

As principais áreas de atuação dos sociólogos são: o ensino em escolas elementares e de segundo grau; o ensino e a pesquisa em universidades públicas e privadas; trabalhos de pesquisa em centros pesquisa não-universitários; trabalhos de pesquisa e planejamento em órgãos públicos de pesquisa e de planejamento e execução de projetos sociais; trabalhos de pesquisa e consultoria no setor privado, incluindo em empresas de pesquisas sociológicas; e a assessoria a entidades e movimentos sociais da sociedade civil.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa-2002 identificou 15.158 grupos de pesquisa em todas as áreas científicas no Brasil e 240 grupos de pesquisa em Sociologia, representando estes 1,6% do total de grupos. Destaque-se, comparativamente, que a Antropologia apresenta 146 grupos e a Ciência Política 95 grupos de pesquisa, revelando em conjunto com a Sociologia, a ampla base institucionalizada de pesquisa em ciências sociais hoje existente no Brasil.

Os Grupos de Pesquisa em Sociologia são compostos por 1.256 pesquisadores (5,2 pesquisadores por grupo), enquanto a Antropologia conta com 868 pesquisadores (6,1 pesquisadores por grupo) e a Ciência Política, com 521 pesquisadores (5,5 pesquisadores por grupo). A Sociologia compreende 697 Linhas de Pesquisa, a Antropologia 475 e a Ciência Política 272 Linhas de Pesquisa, com uma média de 2,9, 3,3 e 2,8 Linhas por grupo respectivamente, abrangendo uma ampla gama de temas de pesquisa.

Interessa ressaltar que estudo anterior referente ao Diretório de 1997, utilizando a classificação das sub-áreas de conhecimento em Sociologia no

Brasil proposta pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), verificou que essas sub-áreas apresentavam a seguinte ordem de importância: Sociologia Rural (49 linhas); Sociologia do Conhecimento (44 linhas); Sociologia do Desenvolvimento (31 linhas); Sociologia Urbana (30 linhas); Teoria e História da Sociologia (24 linhas); e Sociologia da Saúde (24 linhas).

Ademais, a análise das áreas de estudos classificadas no Diretório como Outras Sociologias Especiais revelou que as principais Sociologias Especiais emergentes eram: Sociologia do Trabalho, Sociologia da Cultura e Sociologia Política. Outras áreas temáticas que também merecem referência são: Sociologia da Religião, Sociologia da Educação e Sociologia da Gestão de Ciência e Tecnologia, Estudos sobre Movimentos Sociais; Estudos sobre Gênero e Relações de Gênero; Estudos sobre Violência, Segurança Pública, Criminalidade e Direitos Humanos; Estudos Ambientais; e Estudos sobre Subjetividade, e Representações Sociais e Simbolismo Social.

C) Finalmente, um sétimo tema importante diz respeito à capacidade da sociologia e por extensão das ciências sociais de enfrentarem teórico-metodologicamente os desafios temáticos e histórico-teóricos que a presente situação das sociedades latino-americanas colocam. Ou em outros termos, estarão as Ciências Sociais e particularmente a sociologia em condições paradigmático-temáticas apropriadas para enfrentarem os novos desafios teórico-metodológicos e prático-políticos, que os processos de redemocratização vem colocando às ciências sociais na América Latina?

Com a perda de iniciativa dos movimentos sociais democrático-populares ao longo dos processos de redemocratização, enclausurando-se, a sociologia seguiu um caminho epistemológico e teórico-metodológico muito problemático, com o privilegiamento de abordagens micro-sociais e uma ênfase exacerbada na questão das identidades, das representações e do imaginário dos agentes sociais.

A candência dos desafios colocados por este sétimo e último tema pode ser avaliada tendo por referência alguns aspectos principais do caso da

sociologia brasileira contemporânea. A sociologia no Brasil, no período dos anos 60 e 70 até os anos 90, vivenciou uma passagem de análises macro-sociológicas de crítica ao modelo econômico-social excludente do “milagre” e de crítica ao modelo autoritário para uma micro-sociologização dos estudos.

Em grandes linhas, verificou-se uma evolução temática da sociologia brasileira nos seguintes termos: de grandes interpretações macro-estruturais do modelo econômico-político-cultural, do regime anterior, passou-se para a análise dos agentes e das características da transição democrática, seguida pelo tema da democratização necessária, dos movimentos sociais e da estratégia de reativação da sociedade civil.

Rapidamente, ocorreu uma dissociação da abordagem dos movimentos sociais em relação a condições macro-estruturais, passando a sociologia a dedicar-se massivamente a enfocar as identidades e representações sociais dos movimentos urbanos e rurais, do movimento sindical, dos movimentos feministas e gay, do movimento negro, e dos movimentos ecológicos. Filosoficamente, poder-se-ia dizer que, em termos clássicos, ocorreu um tipo de passagem do privilegiamento do ângulo do “para-si” para o “em-si” dos movimentos sociais.

Passou-se de um objetivismo para um subjetivismo e, nesse processo, foi perdida uma conexão teórico-metodológica que teve um papel importante na análise crítica do modelo econômico-social excludente do período autoritário: a conexão entre economia política e ciências sociais, compreendendo estas tanto a sociologia, como a antropologia e a ciência política.

Essa conexão foi substituída por uma descoberta do subjetivo associada a um processo de psicologização do discurso das ciências sociais, sem a ocorrência de um treinamento especializado, particularmente em psicologia-social, de grande parte daqueles cientistas sociais que enveredaram nesta direção. Essa psicologização se realizou principalmente pelo privilegiamento

de estudos das temáticas das identidades, dos discursos e das representações sociais. Compreende-se que esses estudos são necessários; entretanto, seu desenvolvimento demanda um rigor teórico-metodológico ainda não alcançado, e também necessitam buscar a articulação dos temas tratados com hipóteses macro-sociológicas.

Simultaneamente, ocorreu um outro processo extremamente problemático - a estilização semântica dos discursos nas ciências sociais -, com um deslocamento do discurso denotativo das tradições disciplinares, para a valorização do discurso conotativo, ou mesmo figurativo nas ciências sociais, com o privilegiamento da reprodução de discursos “tribais” e de seus significados.

O crescente privilegiamento da teoria do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional veio a colocar questões perturbadoras. Ao enfocarem, por exemplo, temas da sociologia da educação, como a questão das oportunidades educacionais desiguais, assim como o problema das políticas educacionais e a discussão acerca dos objetivos das práticas pedagógicas. Tratar-se-ia, neste último caso, de postular uma pedagogia que privilegie a construção ou socialização de indivíduos racionais, *free-riders*, tendencialmente egoístas?

Estes movimentos de subjetivação, psicologização e semantização ou estetização ocorreram em articulação com processos internos à história própria da Sociologia e das Ciências Sociais como, por exemplo, a influência simultânea da fenomenologia e do pós-estruturalismo.

Recentemente, as temáticas da Globalização, da Pós-Modernidade e do Multiculturalismo têm merecido destaque nos trabalhos dos sociólogos e cientistas sociais brasileiros. Ocorre, muitas vezes, a releitura de temas já consagrados, sob a ótica das suas possíveis conexões com essas temáticas emergentes como, por exemplo, Religiosidade em contexto de Globalização, ou Educação e Multiculturalismo.¹⁴

14 Miceli (Org.) 1999a, 1999b e 1999c, apresenta um abrangente panorama das ciências sociais brasileiras hoje.

Em uma tentativa de resposta às questões inicialmente colocadas no presente artigo, pode-se afirmar que, ao considerar as bases institucionais-profissionais descritas anteriormente, verifica-se a presença de uma comunidade científica estruturada e consolidada, buscando estar atenta às exigências de seu tempo e contribuir, com seu trabalho científico especializado, para o conhecimento e equacionamento dos problemas sociais de nosso tempo.

Referências

BEN-DAVID, J. *et al.* Sociologia da Ciência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BERTELLI A. *et al.* Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974a.

BRUNNER, J.; BARRIOS, A. Inquisicion, Mercado y Filantropia. Ciencias Sociales y Autoritarismo en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. Santiago: Flacso, 1987.

CARDOSO, F. H. As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. In: Cadernos Cebrap, 33. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CLARK, T. N. The Stages of Scientific Institutionalization. In: International Social Sciences Journal, v. 24, n. 4, 1972.

COSER, L. Sociology of Knowledge. In: International Encyclopedia of the Social Sciences. David L. Sills, Ed. New York: The MacMillan Company and The Free Press, 1968. 17 vols.

CRAWFORD, E. T. The Sociology of the Social Sciences. In: Current Sociology, v. XIX, n. 2. The Hague-Paris: Mouton & CO, 1971.

DURAND, J. C. (Org.) Sociologia de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969.

FERNANDES, F. A *Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GALTUNG, J. Los factores socioculturales y el desarrollo de la sociología en América Latina. In: *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. III, n. 1, 1965.

GERMANI, G. The Development and Present State of Sociology in Latin America. In: *Transactions of the Fourth World Congress of Sociology*, v. I. Milan and Stresa: International Sociological Association, 1959.

GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GRACIARENA, J.; FRANCO, R. Social Formation and Power Structures in Latin America. In: *Current Sociology*, v. 26, n. 1, 1978.

GUERRERO, R. C. La Idea de comunidad científica: su significado teórico y su contenido ideológico. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Año XLII, v. XLII, n. 3, julio/septiembre 1980.

IANNI, O. *A Sociologia da Sociologia Latino-americana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

KUHN, T. S. *The essential tension*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

KUKLICH, H. The Sociology of Knowledge: Retrospect and Prospect. In: *Annual Review of Sociology*, 1983.

LEPENIES, W. *Las Tres Culturas: La Sociología entre la Literatura y la Ciencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

LIEDKE FILHO, E. D.; BAETA NEVES, C. E. *Para Uma Sociologia da Sociologia Brasileira: A trajetória da Sociologia no RS e na UFRGS*. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, 1997.

LIEDKE FILHO, E. D. *Teoria Social e Método na Escola da USP*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1977.

Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 216-245

LIEDKE FILHO, E. D. Sociologia e Sociedade no Brasil e na Argentina 1954-1985. In: *Cadernos de Sociologia*, v. 1, n. 2, Porto Alegre: PPG Sociologia /UFRGS, 1990.

LIEDKE FILHO, E. D. *Sociology and Society in Brazil and Argentina 1954-1985*. Providence: Ph. D. Dissertation, Brown University, 1991.

LIEDKE FILHO, E. D. Teoria Social Contemporânea e Educação Superior. In: MOROSINI, M. *et al.* *Universidade e Integração no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

MACHADO NETO, A. L. *Formação e Temática da Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: EDUSP/Convívio, 1979.

MANNHEIM, K. O Problema de uma Sociologia do Conhecimento. In: BERTELLI, A. *et al.* *Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974a.

MANNHEIM, K. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: EDUSP/Editora Perspectiva, 1974b.

MENEZES. Introdução à Edição Brasileira. In: BEN-DAVID, J. *et al.* **Sociologia da Ciência**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MERTON, R. Social conflicts over styles of sociological works [1961]. In: MERTON, R. *Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MERTON, R. *Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MICELI, S. (Org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1950)*. Vol. I Antropologia. São Paulo: ANPOCS, 1999a.

MICELI, S. (Org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Vol. III Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 1999b.

MICELI, S. (Org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Vol. II Sociologia. São Paulo: ANPOCS, 1999c.

MOROSINI, M. *et al.* Universidade e Integração no Cone Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Editora Ática S. A., 1990.

SIGAL, S. *Intellectuels et Politique en Argentine*. Paris: Centre D'Étude des Mouvements Sociaux, 1986.

SOLARI, A. E. *et al.* Teoría, Acción Social y Desarrollo en América Latina. México: Siglo XXI Editores, 1976.

SORJ, B.; MITRE A. Intelectuais, Autoritarismo e Política - O CEBRAP e as Ciências Sociais no Brasil, 1985. Digitado.

STAVENHAGEN, R. Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina. In: DURAND, J. C. (Org.) *Sociologia de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969.

VERÓN, E. *Imperialismo, Lucha de Clases y Conocimiento: 25 años de Sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo S. A, 1974.

Resumo

O artigo revisa, em um primeiro momento, temas da Sociologia do Conhecimento e da Sociologia da Ciência, relevantes para o estudo da Sociologia da Sociologia. Em um segundo momento, propõe-se analisar sete temas referentes ao desenvolvimento da sociologia contemporânea no Brasil.

Palavras-chave: sociologia brasileira, sociologia do conhecimento, sociologia do desenvolvimento, história da sociologia.